

*Valentim Alexandre, Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império 1808-1975*, Porto, Afrontamento, 2000.

*Velho Brasil Novas Áfricas* é um conjunto de ensaios escritos entre 1979 e 1998. Os ensaios centram-se fundamentalmente nas relações de Portugal com o Brasil e a África nos séculos XIX e XX, formando um comentário contínuo sobre algo a que poderíamos chamar «o projecto imperial de Portugal». Trata-se de um volume muito oportuno, já que reúne textos dispersos de um dos mais importantes historiadores portugueses do período posterior à revolução de 1974. Esta revolução liberal teve um impacto particularmente forte sobre a historiografia. Finalmente, a verdadeira natureza do «projecto» imperial podia ser criticamente examinada e os seus temas, como o comércio de escravos e as ideologias racistas de homens como Oliveira Martins, podiam ser alvo de pesquisa e análise.

Na altura da escrita destes ensaios desenvolvia-se no mundo anglófono um animado debate sobre a natureza do colonialismo português. O debate procurava estabelecer se as aspirações imperialistas de Portugal deviam ser essencialmente entendidas como uma questão de prestígio nacional, baseadas na nostalgia do passado imperial, ou se deviam ser vistas como a expressão dos interesses de alguns poderosos grupos de pressão económica — os vicultores, os fabricantes de vestuário, os magnatas da navegação ma-

rítima e os banqueiros. Em grande medida, este debate decorreu à margem de quaisquer considerações sobre a história de Portugal e sobre o modo como as questões imperiais influenciaram a orientação política nacional. Como afirma Alexandre, «a historiografia corrente tem-se mostrado incapaz de integrar a história do colonialismo português oitocentista no conjunto da evolução económica, social e política do país» (p. 121). Enquanto seguia de perto o debate anglófono, o autor procurou reconduzir as atenções para a problemática da política portuguesa e mostrar algo da complexidade das atitudes para com o império. A coesão deste conjunto de ensaios é garantida por um tema intelectual unificador: em Portugal cada facção política teve o seu próprio projecto imperial, ainda que estes projectos fossem frequentemente muito diferentes uns dos outros e pudessem ser mutuamente contraditórios — e as análises de Alexandre sobre as ideias rivais quanto ao modo de administrar o império durante o período republicano revelam-se, neste contexto, particularmente relevantes (pp. 206-207). Um aspecto importante é que Portugal não viu emergir qualquer movimento anticolonialista significativo antes da década de 60 — um facto que pode ajudar-nos a explicar por que razão o processo de descolonização de 1975 foi tão mal conduzido.

Durante a guerra contra a França revolucionária, a ajuda britânica sob a forma de subsídios mitigou o efeito dos tratados comerciais que o príncipe regente tinha assinado com a Grã-Bretanha e a depressão que se

seguiu à guerra não foi meramente económica. Os interesses de Portugal tinham sido ignorados no tratado de paz (a Guiana era devolvida à França, mas o mesmo não acontecia com Olivença em relação a Portugal) e havia um forte sentimento de que o orgulho nacional tinha sido atingido não apenas por Beresford e pelos oficiais britânicos que controlavam o exército, mas também pelo príncipe regente, que seguia as suas próprias políticas com vista ao engrandecimento do Brasil (pp. 13 e 16-17). Perante a perspectiva de serem dominados pela Grã-Bretanha ou pelo Brasil, muitos burgueses estavam convencidos de que a união com a Espanha constituía a única forma de garantirem a autonomia de Portugal. O vintismo nasceu de um desejo de restaurar a prosperidade do país — não por meio de uma restauração do antigo regime, mas através de uma nova relação com o Brasil, na qual seria concedida a Portugal uma preferência tarifária nos mercados brasileiros (pp. 18-20). Os vintistas não entendiam as suas ações como uma recolonização do Brasil, já que ofereciam a este país liberdade constitucional, eliminando desse modo a necessidade de um movimento de independência. Depois da declaração de D. Pedro de 1822, os liberais apoiaram com crescente fervor a ideia de uma solução dinástica pela qual se instituiria um reino unido com um líder dinástico comum. Foi esta a base política que permitiu o restabelecimento de relações amigáveis entre os liberais moderados e os absolutistas.

Alexandre procura também reavaliar o tratado de 1825, pelo qual se

reconheceu a independência do Brasil. O tratado é normalmente entendido como o inevitável reconhecimento de um *fait accompli*. Contudo, Lisboa tinha pretendido manter uma ligação dinástica legítima com o Brasil (bastante semelhante à da Commonwealth britânica). O império seria reconstituído no momento em que Pedro ascendesse ao trono. Porém, a tentativa de estabelecimento de uma tal ligação dinástica, apoiada pela Grã-Bretanha, foi deitada a perder com a morte de João, que ocorreu apenas quatro meses depois da assinatura do tratado (p. 64).

Num outro ensaio o autor reexamina a controvérsia com a Grã-Bretanha quanto à questão do comércio de escravos. Aqui o autor enfatiza a crescente tensão entre os interesses brasileiros e portugueses no coração do império, mostrando o modo como os jornais portugueses publicados em Londres alteraram a sua posição em relação ao escravagismo, passando do apoio ao mesmo em 1814 para o abolicionismo em 1817. «O problema do abolicionismo não era neste final de década mais do que um dos vários terrenos onde se jogava a questão de fundo da hegemonia no seio do império — questão que vai conduzir à sua desagregação após a revolução de 1820 em Portugal» (p. 81). No que respeitava à abolição da escravatura, as prioridades brasileiras e portuguesas eram muito diferentes.

Nos últimos anos do século XIX, a questão principal tornar-se-ia uma questão de identidade nacional. O desenvolvimento do império tem de ser entendido no contexto do debate sobre a união da Península Ibérica. De um

modo geral, Alexandre apoia a ideia de que os imperialistas mais ardentes eram aqueles que entendiam o império como um modo de preservar a independência de Portugal. Tratava-se de uma convicção que estava ainda bem viva na altura em que Salazar subiu ao poder. Em finais da década de 20, o império parecia estar uma vez mais seriamente ameaçado e o relatório Ross de 1925 foi entendido como parte de uma vasta conspiração internacional contra Portugal. A manutenção da independência de Portugal foi, pois, um dos grandes objectivos do Estado Novo. Valerá talvez a pena referir que ao abandonar finalmente o seu império, em 1975, Portugal assistiu ao prelúdio de um movimento em direcção, não a uma Península Ibérica unida, mas a uma Europa unida. No fim de contas, aqueles que entendiam a independência de Portugal como inextricavelmente ligada ao império talvez tivessem razão!

MALYN NEWITT

*Patrick Wolfe, Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology. The Politics and Poetics of an Ethnographic Event*, Londres-Nova Iorque, Cassell, «Writing Past Colonialism Series», 1999, 246 páginas.

Poucas disciplinas das ciências humanas parecem tão obstinadas em

escrever e exorcizar a sua história quanto a antropologia social e cultural. A identidade desta região disciplinar parece viver aprisionada a uma recorrente investigação da linhagem que a conecta à expansão colonial dos impérios europeus em África e na Ásia. Ao mesmo tempo, o regresso a esse entrelaçamento histórico é visto como forma de libertar a disciplina de uma espécie de «pecado original», justamente aquele que se supõe morar na aliança da antropologia com a violência dos processos coloniais do Ocidente. Assim, duplamente empenhada em acusar e redimir a disciplina dessa ligação, a literatura da década de 70 marcou, na maré da viragem política trazida pelas descolonizações europeias, o actual consenso crítico quanto à articulação entre antropologia e colonialismo. Nascia, em forma de denúncia moral, uma das ideias fortes da história da antropologia: a imagem desta como «serva do colonialismo». Mas nem sempre a obsessão em rever o presente olhando o passado se fez acompanhar do devido rigor crítico e reflexivo, tão-pouco da importância em explorar simetricamente a complexidade do significado histórico do termo «colonialismo». E é por nos chegar apoiado nestas qualidades e num inovador e controverso reencontro teórico com a história da antropologia que merece destacar-se a leitura de *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology*, o primeiro e estimulante livro do investigador australiano Patrick Wolfe, da Universidade de Melbourne, na Austrália.